

**PROTÓCOLO SOBRE PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES DA
AUTORIDADE INTERNACIONAL DOS FUNDOS MARÍTIMOS**

Os Estados Partes deste Protocolo

Reconhecendo que o Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar estabelece a Autoridade Internacional dos Fundos Marítimos.

Reconhecendo que o artigo 17º do Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar prevê que a Autoridade tenha competência jurídica internacional e a competência jurídica exclusiva sobre o espaço marítimo de suas funções e o cumprimento de seus propósitos.

Reconhecendo que o artigo 177 do Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar dispõe que a Autoridade gozará no território de cada Estado Parte, das privilegios e imunidades previstos no anexo G da seção 4 do Parte XI do Convenção e que os privilegios e imunidades da Embaixada serão aplicados no artigo 13 do anexo IV.

Reconhecendo na medida necessária os vetos e privilegios e imunidades designados para a execução das funções da Autoridade Internacional dos Fundos Marítimos.

Declaram as seguintes

Artículo 1

Definições

Para os propósitos deste Protocolo:

- a) Por "Autoridade" entende-se a Autoridade Internacional dos Fundos Marítimos;
- b) Por "Convenção" entende-se a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 10 de Dezembro de 1982;
- c) Por "Acordo" entende-se o Acordo relativo à implementação do Parte XI do Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 10 de Dezembro de 1993. De conformidade com o Acordo, suas disposições e a Parte XI do Convenção serão aplicadas integralmente e aplicadas conjuntamente com o Acordo instrumentalmente para Protocolo e os referidos que regem os Acordo e Convenção deverão ser interpretados e aplicados de acordo;
- d) Por "Embaixada" entende-se o órgão de Autoridade previsto no Convenção;
- e) Por "Membros da Autoridade" entende-se:
 - i) Todo Estado Parte do Convenção;
 - ii) Todo Estado ou entidade que seja membro da Autoridade de caráter não estatal de acordo com o artigo 12 (a) do anexo I do Acordo ou Acordo.

- fi) Por "representantes" entende-se os representantes, os representantes legais, os membros, os delegados e os secretários das delegações;
- g) Por "Secretário-Geral" entende-se o Secretário-Geral da Autoridade Internacional dos Fuzos Marítimos.

Artigo 2º

Disposições gerais

Sem prejuízo da condição técnica dos privilégios e das imunidades concedidos à Autoridade e à Empresa, previstos respectivamente no subcapítulo II da seção 4 da Parte XI e no artigo 13 do Anexo IV da Convenção, cada Estado Parte nesta Protocolo concederá à Autoridade e a seus órgãos, aos representantes dos membros da Autoridade, aos funcionários da empresa e aos serviços em posição pela Autoridade os privilégios e imunidades previstos no presente Protocolo.

Artigo 3º

Personalidade jurídica da Autoridade

A Autoridade tem personalidade jurídica. Tem capacidade jurídica para:

- a) celebrar contratos;
- b) adquirir e alienar bens moveis e imóveis;
- c) ser parte em procedimentos legais.

Artigo 4º

Inviolabilidade das instalações da Autoridade

As instalações da Autoridade serão invioláveis.

Artigo 5º

Capacidades financeiras da autoridade

1. Não podendo ser objeto de controles, regulamentos ou moratórias financeiras, a Autoridade poderá livremente

- a) adquirir quaisquer moedas, por intermédio dos canais autorizados, mantê-las e delas dispor;

b) possuir fundos, valores, ouro, metais preciosos ou moedas de qualquer tipo e operar contas bancárias em qualquer moeda;

c) transferir seus fundos, valores, ouro ou moedas de um país a outro ou, dentro de qualquer país, bem como converter em outra moeda qualquer moeda que possuir;

2. A Autoridade, ao exercer os direitos estabelecidos no parágrafo 1 deste artigo, deverá levar devidamente em conta as observações feitas pelo Governo de qualquer membro da Autoridade, na medida em que essas observações possam ser adotadas sem prejuízo dos interesses da Autoridade.

Artigo 6

Bandeira e emblema

A Autoridade terá o direito de hastear sua bandeira e exibir seu emblema em suas instalações e nos veículos usados para fins oficiais.

Artigo 7

Representantes dos membros da Autoridade

1. Os Representantes dos membros da Autoridade que participem de reuniões convocadas pela Autoridade, durante o exercício de suas funções e nos percursos de ida e de volta ao local da reunião, gozarão dos seguintes privilégios e imunidades:

a) imunidade do processo legal por declarações orais ou escritas e todos os atos que façam no exercício de suas funções, exceto quando o membro que representar expressamente renunciar a essa imunidade em caso específico;

b) imunidade de detenção ou prisão e as mesmas imunidades e privilégios concedidas a enviados diplomáticos para a sua bagagem pessoal;

c) inviolabilidade de todos os documentos e papéis;

d) o direito de usar códigos e de receber documentos ou correspondências por correio especial ou em malas seladas.

- e) isenção, para eles e para os seus cônjuges, de restrições em matéria de imigração, das formalidade de registro de estrangeiros e da obrigação de prestar quaisquer serviços de natureza nacional;
- f) os mesmos privilégios concedidos a representantes de governos estrangeiros de categoria comparável que se encontrem em missão oficial temporária do que se refere a facilidades de câmbio

2. De modo a que os representantes dos membros da Autoridade usufruam de plena liberdade de expressão e de independência no desempenho de suas funções, continuarão a gozar de imunidade de processo legal com respeito a todos os atos que tenham cometido no desempenho de suas funções mesmo após terem deixado de ser representantes de membros da Autoridade.

3. Nos casos em que seja procedente aplicar algum tipo de imposto em razão da residência, não serão considerados como períodos de residência aqueles em que os representantes dos membros da Autoridade que assistam a suas reuniões tenham permanecido no território de um membro da Autoridade para o desempenho de suas funções.

4. Os privilégios e imunidades não são conferidos aos representantes dos membros da Autoridade para seu próprio benefício, mas para salvaguardar o exercício independente de suas funções relacionadas com a Autoridade. Consequentemente, os membros da Autoridade terão o direito e o dever de renunciar à imunidade de seus representantes em todos os casos em que, a seu juízo, esta possa impedir a ação da justiça, e sempre que tal renúncia não implique em prejuízo para a finalidade para a qual tenha sido concedida.

5. Os veículos dos representantes dos membros da Autoridade ou os que estes utilizem terão seguro contra terceiros de acordo com as leis e regulamentos do Estado onde sejam utilizados.

6. O disposto nos parágrafos 1, 2 e 3 não se aplica à relação que exista entre um representante e as autoridades do membro da Autoridade de que seja nacional ou de que seja ou tenha sido representante.

Artigo 8

Funcionários

1. O Secretário-Geral determinará as categorias de funcionários aos que se aplicará o disposto no parágrafo 2 deste artigo e as apresentará a Assembleia. Posteriormente, as categorias serão comunicadas aos governos de todos os membros da Autoridade. Os nomes dos funcionários incluídos nessas categorias serão divulgados periodicamente aos governos dos membros da Autoridade.

2. Funcionários da Autoridade, independentemente de sua nacionalidade, terão:

- a) imunidade de processo legal por declarações orais ou escritas e por todos os atos que façam no exercício de suas funções;
- b) imunidade de detenção ou prisão por atos que façam no exercício de suas funções oficiais;
- c) isenção de impostos sobre seus salários, emolumentos e quaisquer outras formas de pagamento que recebam da Autoridade;
- d) imunidade de prestar qualquer serviço de caráter nacional, ainda que, com relação aos Estados de que sejam nacionais, essa imunidade fique limitada aos funcionários da Autoridade cujos nomes, em razão de suas funções, constem de uma lista preparada pelo Secretário-Geral e aprovada pelo Estado interessado. Caso outros funcionários da Autoridade sejam chamados a prestar serviços nacionais, o Estado interessado concederá, a pedido do Secretário-Geral, as promoções necessárias para evitar a interrupção de trabalhos essenciais;
- e) isenção, para eles, seus cônjuges e seus dependentes, de restrições de imigração e de registro de estrangeiros;
- f) os mesmos privilégios com respeito a facilidades de câmbio concedidas a funcionários de categoria equivalente que gozem de credenciais diplomáticas acreditadas junto ao Governo pertinente;
- g) direito à importação livre de roupas e coisas de sua mobília e pertencentes a pessoas no momento em que assumam suas funções no Governo em questão.

- h) isenção da inspeção de sua bagagem pessoal, salvo quando houver motivos fundamentados para acreditar que a bagagem possa conter artigos não destinados ao uso pessoal ou cuja importação ou exportação esteja proibida por lei ou sujeita a normas de quarentena da parte interessada; nesse caso, a inspeção se fará na presença do funcionário interessado, e, no caso de bagagem oficial, na presença do Secretário-Geral ou de seu representante autorizado;
- i) as mesmas facilidades de repatriação para eles, seus cônjuges e dependentes que forem concedidas a agentes diplomáticos em situações de crises internacionais;

3. Ademais dos privilégios e imunidades especificados no parágrafo 2, o Secretário-Geral ou qualquer funcionário que o represente em sua ausência e o Diretor-Geral da Empresa, assim como seus cônjuges e filhos menores, terão os privilégios e imunidades, isenções e facilidades concedidas a enviados diplomáticos de acordo com o direito internacional.

4. Os privilégios e imunidades não são concedidos aos funcionários para o seu próprio benefício, mas para salvaguardar o exercício independente de suas funções relacionadas com a Autoridade. O Secretário-Geral tem o direito e o dever de suspender a imunidade de um funcionário em todos os casos em que, a seu juízo, a imunidade possa impedir a ação da justiça e sempre que essa renúncia não implique em prejuízo para os interesses da Autoridade. No caso do Secretário-Geral, a Assembleia terá o direito de suspender a imunidade.

5. A Autoridade sempre cooperará com as autoridades competentes dos membros da Autoridade para facilitar a adequada administração da justiça, para assegurar a observância dos regulamentos policiais e para prevenir a possibilidade de quaisquer abusos relacionados com privilégios, imunidades e facilidades mencionados neste artigo.

6. De acordo com as leis e regulamentos do Estado pertinente, os funcionários da Autoridade deverão contratar cobertura de seguro contra terceiros para os veículos de que forem proprietários ou que utilizem.

Artigo 5º

Pertos em missão para a Autoridade

1 Os pertos (diferentes dos funcionários tratados ao abrigo do artigo 3º) que desempenhem missões para a Autoridade gozarão dos privilégios e imunidades necessários para o exercício independente de suas funções durante o período de suas missões, incluindo o tempo dos deslocamentos relacionados com suas missões. Gozarão, em particular, de:

a) imunidade de prisão ou detenção, bem como de confisco de sua bagagem pessoal;

b) imunidade de processo legal de qualquer natureza por actos ou omissões de serviço e por actos cometidos por eles no exercício de suas funções. Esta imunidade continuará vigente ainda que tenham passado a desempenhar missões para a Autoridade;

c) imunidades de todos os papeis e documentos;

d) o direito de utilizar sediles e a receber pensões ou subsídios de viagem, desde que a taxa de taxa com o fim de estabelecer-se para a Autoridade;

e) isenção de pagar a tributos sobre os salários, incluindo os de subsídios, incluindo os subsídios que recebem da Autoridade. Esta isenção não se aplica quando as pessoas gozarem e receberem da Autoridade de sua remuneração;

f) As mesmas facilidades com relação a limite de restrições monetárias que se lhe concedem a representantes da imprensa estrangeira em actividades de comunicação;

2 Os privilégios e imunidades não são concedidos aos pertos com o benefício pessoal, mas para salvaguardar o exercício independente de suas funções relacionadas com a Autoridade. O Autoridade-Geral tem o direito de suspender a imunidade de qualquer puto quando, em sua opinião, a imunidade possa interferir a dignidade ou a honra que a autoridade não implique em prejuizo para as imagens da Autoridade.

Artigo 6º

Respeito às leis e regulamentos

Sem prejuizo de seus privilégios e imunidades, o dever de todas as pessoas mencionadas nos artigos 3º e 5º respeitar as leis e regulamentos em vigor na Autoridade em cujo territorio estejam a serviço da Autoridade e por cujo territorio tenham a passar no exercicio de suas funções. Tem também o dever de não interferir nos assuntos internos desse territorio.

Artigo 11

Comunicação e visitas

1. Sem prejuízo da possibilidade de que a Autoridade tenha seus próprios documentos de viagem, os Estados parte neste Protocolo deverão reconhecer e aceitar os passes-jornal das Nações Unidas emitidos para funcionários da Autoridade.

2. As solicitações de visto (quando necessário) de funcionários da Autoridade serão tratadas com a possível brevidade. As solicitações de visto (quando necessário) de funcionários da Autoridade portadores de passaportes das Nações Unidas deverão estar acompanhadas de documento que consista em uma viagem em missão oficial da Autoridade.

Artigo 12

Relação entre o Acordo de Sede e o Protocolo

As disposições deste Protocolo serão complementares às disposições do Acordo de Sede. Não prevalece em caso qualquer das disposições deste Protocolo se relaciona com o mesmo assunto, as duas disposições serão usadas, sempre que possível, como complementares, de forma a que ambas disposições possam ser aplicadas e nenhuma limite o efeito da outra; em caso de discrepância, prevalecerão as disposições do Acordo.

Artigo 13

Acordos complementares

Este Protocolo não limita ou prejudica os privilégios e imunidades que foram ou devam a ser concedidos à Autoridade por qualquer membro da Autoridade em virtude da localização em seu território da sede da Autoridade ou de seus órgãos regionais ou escisionais. Este Protocolo não poderá ser considerado como um obstáculo para a celebração de acordos complementares entre a Autoridade e qualquer de seus membros.

Artigo 14

Solução de controvérsias

1. Com respeito à aplicação de privilégios e imunidades contidos no artigo deste Protocolo, a Autoridade adotará as medidas eficazes para a solução de controvérsias:

- a) de direito privado em que a Autoridade seja parte;
- b) que envolvam qualquer funcionário da Autoridade ou pertença a seu serviço que, em razão de sua função oficial, goze de imunidade que não tenha sido objeto de suspensão por parte do Secretário-Geral;

2. Qualquer controvérsia entre a Autoridade e um membro da Autoridade a respeito da interpretação ou aplicação deste Protocolo, que não possa ser solucionada por consenso,

negociação ou outra forma adequada de acordo entre duas ou três partes após a solicitação de uma das partes na questão, deverá a decisão de qualquer das partes ser mantida para decisão definitiva e obrigatória a um só dos três árbitros;

a) um dos quais será escolhido pelo Secretário-Geral, outro será nomeado pela outra parte na disputa e o terceiro, que mediará o caso, a ser escolhido pelos dois primeiros árbitros;

b) caso uma das partes na controversa deixe de designar um árbitro após dois meses da indicação do outro ou outra parte, o Presidente do Tribunal Internacional do Direito do Mar fará essa designação. Caso os dois primeiros árbitros designados deixem de chegar a um acordo quanto à designação de terceiro árbitro, este será escolhido pelo Presidente do Tribunal Internacional do Direito do Mar e pelo Secretário-Geral ou da outra parte na disputa;

Artigo 14

Assinatura

O presente Protocolo entra em vigor para a maioria de todos os membros da Autoridade da Sede da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos em Kingston, Jamaica, em 17 e 23 de agosto de 1997 e, posteriormente, para os signatários, além da parte das Nações Unidas em Nova York.

Assinatura

Reificação

O presente Protocolo entra em vigor e reificação, aprovação ou adesão. Os instrumentos de reificação, aprovação ou adesão deverão ser depositados com o Secretário-Geral das Nações Unidas.

Artigo 15

Assinatura

O presente Protocolo entra em vigor para todos os membros da Autoridade dos instrumentos de adesão deverão ser depositados com o Secretário-Geral das Nações Unidas.

Artigo 16

Entrada em vigor

1. O Protocolo entrará em vigor 30 dias após a data de depósito do décimo instrumento de reificação, aprovação, adesão ou adesão.

2. O presente Protocolo entrará em vigor no trigésimo dia após o depósito de reificação, aprovação, adesão ou adesão de cada membro da Autoridade que o reificar, aprovar, aderir ou aderir e após o depósito do décimo instrumento de reificação, aprovação, adesão ou adesão.

Artigo 18Aplicação provisória

O Estado que tenha a intenção de ratificar, aderir, aceitar ou aderir a este Protocolo poderá, em qualquer momento, notificar a Organização de sua intenção de tornar provisoriamente este Protocolo por um período que não exceda dois anos.

Artigo 19Denúncia

Qualquer Estado Parte poderá, por intermédio de notificação escrita dirigida ao Secretário-Geral das Nações Unidas, denunciar este Protocolo. A denúncia entrará em vigor um ano após o recebimento da notificação, salvo quando a notificação especificar uma data posterior.

5. A denúncia não poderá, de forma alguma, afetar o dever de qualquer Estado Parte de cumprir as obrigações estabelecidas neste Protocolo para os quais, independentemente do contrário, esteja obrigado pelas normas do direito internacional.

Artigo 20Depositação

O Secretário-Geral das Nações Unidas será o depositário do presente Protocolo.

Artigo 21Textos autênticos

Os textos em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo do presente Protocolo serão igualmente autênticos.

EM TESTEMUNHO DO QUE, os Representantes das assinações, devidamente autorizados, assinaram o Protocolo.

ABERTO PARA ASSINATURA em qualquer dia de _____ de _____ de mil novecentos e noventa e seis, com cinco originais, em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo.

MENSAGEM

N.º 1.397, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Protocolo sobre Privilégios e Imunidades da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, assinado em Kingston, em 27 de agosto de 1998.

Brasília, 18 de dezembro de 2001.



EM Nº 00356 NIRE.

Brasília, em 26 de novembro de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Encaminho, em anexo, o texto do Protocolo sobre Privilégios e Imunidades da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), assinado pelo Brasil em 27 de agosto de 1998. Concebido com base no Protocolo sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, o documento em apreço visa a facilitar o exercício das funções da Autoridade por meio da concessão de privilégios e imunidades a seus funcionários e pentos.